



Todos os 27 governadores estiveram no Palácio do Planalto para ouvir do presidente Sarney explicações sobre o pacote econômico



Sarney: Pacote é de toda Nação

"Não poderíamos expor o País a uma situação incontrolável"

O presidente José Sarney disse ontem, ao abrir a reunião de mais de quatro horas com todos os 27 governadores, esperar que o programa econômico lançado pelo Governo seja de toda a Nação. Explicou aos governadores que o pacote econômico foi uma alternativa escolhida entre as que o Governo tinha elaborado para enfrentar o problema inflacionário no momento em que ele pudesse fugir de controle. "Não poderíamos expor o País a uma situação incontrolável", justificou Sarney.

O Presidente lembrou aos governadores que, com a adoção das medidas, os governos estaduais terão melhores condições de administrar e de renegociar aqueles contratos nos quais a correção monetária estava embutida.

Ponderou, ainda, que não se tratou de uma medida apressada. Disse que fez um estudo elaborado e que acompanhou todos os planos, seguindo, inclusive, o comportamento da economia de outros países com problemas inflacionários semelhantes aos vividos pelo Brasil.

O Presidente justificou que o uso do decreto-lei, praticamente abandonado em seu primeiro ano de Governo, foi necessário por causa do sigilo do pacote, já que qualquer vazamento ensejaria não só especulações e deformações no setor financeiro, como in-

viabilizaria qualquer providência que o Governo pudesse tomar".

Depois de Sarney, o ministro do Planejamento, João Sayad, dirigiu-se aos governadores para explicar o programa contra a inflação e pedir-lhes apoio por causa das dificuldades iniciais do pacote.

Podemos esperar, nestes primeiros momentos, dificuldades e incompreensões. Uma inflação de tantas décadas criou hábitos arraigados e alguns privilégios, agora eliminados. E mesmo porque a inflação desempenhava um papel social: num processo de ilusão coletiva, enganava a todos, sobretudo aos trabalhadores.

Em seguida, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, apresentou a proposta de assinatura de um convênio entre a União e cada unidade da Federação. No convênio, o Governo federal delega aos governos das unidades poderes "necessários para serem necessários atos imediatos que teremos que tomar, como no setor de congelamento de preços e suas respectivas implicações".

Explicou o ministro Brossard que o pacote contra a inflação "não é um programa do presidente da República, não é um programa só do Governo federal".

— O que nós desejamos é que seja um programa da Nação inteira, cujo objetivo é realmente a estabilização e o crescimento da economia do País.

DISCURSO DE SARNEY

Ilustres Governadores, Como os senhores sabem, fui obrigado a tomar algumas medidas graves no setor de economia.

"Mas estas providências não podem ser medidas solitárias da competência e da execução exclusiva do Poder Executivo Federal. Para que realmente elas possam render os frutos que o País deseja, é necessário que haja uma conjugação de esforços por parte do povo e dos governos dos Estados e dos municípios.

"Para examinar esses aspectos no que se refere à colaboração dos governos estaduais, convidamos para esta reunião, uma vez que temos de coordenar nossos esforços não só no setor de congelamento de preços como também na adaptação do orçamento federal, dos orçamentos estaduais e dos orçamentos municipais à nova sistemática. Esta será uma oportunidade para a troca mais profunda de impressões.

"Há alguns meses, venho meditando sobre o problema da inflação, e discutindo com os meus auxiliares dessa área o que deveríamos fazer. E estabelecemos alternativas, estudamos detalhadamente todos os planos, acompanhamos os países que viveram, de certo modo, a mesma experiência brasileira. Essas medidas teriam, sem dúvida, que ser

medidas de natureza sigilosa, uma vez que ao menor vazamento elas ensejariam não só especulações e deformações no setor financeiro, como, além do mais, inviabilizariam qualquer providência que o Governo pudesse tomar. Mas posso assegurar aos senhores que todos os resguardos foram feitos; todos os ângulos foram analisados. Não foi uma medida apressada, nem num momento de dificuldade. Mas maior. Foi justamente escolhida dentre as alternativas que o Governo tinha elaborado para enfrentar o problema inflacionário no momento em que ele pudesse fugir do controle do Governo Federal. E esse momento foi justamente o que ocorreu com a inflação de janeiro e a inflação de fevereiro, de modo que nós achávamos que não poderíamos expor o País a uma situação incontrolável da sua economia.

"Neste instante eu peço licença para fazer uma pequena observação. Nós não fizemos uma reforma dessa profundidade, num momento de desespero. A situação do Brasil é inteiramente diferente da situação dos outros países. A reforma foi feita no momento em que o País atravessa uma saudável situação de sua economia no que diz respeito ao equilíbrio de suas finanças públicas. Chegamos aos meses de ja-

neiro e de fevereiro sem emitir um tostão de moedas, sem, ao mesmo tempo, colocarmos um título da dívida pública, e com o orçamento absolutamente equilibrado, de modo a podermos até retirar alguns títulos de circulação, que eram da nossa dívida externa — cerca de quase Cr\$ 20 trilhões. A nossa balança comercial, também com o saldo superavitário, está muito bem colocada.

"Mas chegamos a conclusão de que a inflação brasileira tinha um aspecto perverso. Aspecto esse sobretudo que era determinado pela correção monetária, uma vez que ela corrigia o capital mas não corrigia o salário. Esse ponto básico era fundamental para o combate da inflação brasileira.

"Dai termos tomado essas medidas. Eu acredito que elas podem gerar algumas incompreensões, mas posso assegurar a todos os Senhores Governadores que as tomei meditadamente, sabendo as minhas responsabilidades dos riscos, mas ao mesmo tempo consciente de que estava e estou cumprindo com o meu dever.

Sayad não promete mais ajuda

O ministro João Sayad, do Planejamento, disse ontem à noite que o Governo Federal não pode ajudar os Estados e municípios a combaterem o seu desequilíbrio financeiro. E sugeriu que os seus governantes cortem despesas, racionalizem gastos e aumentem a eficiência de sua arrecadação fiscal.

Sayad fez um relato do encontro com os governadores estaduais, no Palácio do Planalto. Observou que eles se queixaram do recebimento de seus antecessores, de uma grande herança de dívidas. O ministro da Seplan informou que esse endividamento foi feito por títulos públicos, dívida externa e certificados de depósito bancário, lançados pelos bancos estaduais.

ORÇAMENTOS

Os governadores reclamaram também do fato de que os orçamentos estaduais vão ficar prejudicados pela inflação zero, alegando que as despesas de pessoal representam uma parcela muito grande deles. "Estados são organismos que vivem de inflação; apostam em inflação crescente", comentou Sayad, acrescentando que esse problema pode ser minimizado com a previsão da recuperação das receitas estaduais a serem estimuladas pela redução da inflação.

O ministro Sayad confirmou que os Estados e municípios vão poder rolar apenas 75 por cento de suas dívidas externas. Até o ano passado, a regra vigente foi a rolagem integral do serviço dessas dívidas, formado pelo encargos e pelas amortizações.

O ministro-chefe da Seplan acredita que há, em função do programa de inflação zero, condições para a retomada dos investimentos privados, pois, conforme observou, "a economia brasileira é próspera e há muito espaço para o crescimento dos investimentos no mercado interno".

DISCURSO DE SAYAD

A inflação é a face mais perversa da economia brasileira. Cria imensas incertezas, provoca bruscas alterações na renda dos trabalhadores e afeta de modo mais crucial os que ganham menos e não têm como resistir às perdas contínuas no seu poder de compra. Além disso, dá espaço aos especuladores.

A inflação é também a face mais antiga da economia brasileira. Há 50 anos convivemos com taxas de dois dígitos. Essa longa experiência inflacionária deixou duas consequências relevantes. A primeira foi a criação de mecanismos formais e informais de proteção contra os efeitos da inflação, como a correção monetária instituída a partir de 1967.

A segunda consequência decorre da primeira. A longa convivência com a inflação e os mecanismos de proteção criaram arraigados hábitos culturais. A sociedade parecia antes mais preocupada em inventar meios de neutralizar a inflação ou mesmo de aproveitar seus efeitos do que em iniciar um combate definitivo contra ela.

Foi assim que mecanismos criados para driblar os efeitos da inflação, como a correção monetária, tornaram-se eles mesmos fontes autônomas da enlouquecida corrida de preços. Fenômeno perverso, arraigado, antigo, alimentado pela sua própria dinâmica, a inflação oferece assim obstáculos difíceis à implementação de qualquer medida. Foi esse combate que a Nova República se dispôs a travar desde os seus primeiros dias. A batalha final iniciamos no dia 28 de fevereiro.

De acordo com o I Plano Nacional de Desenvolvimento, o Governo da Nova República aplicou rigorosa estratégia. O primeiro passo foi o controle de redução do déficit público, objetivo plenamente atingido com a rigorosa contenção dos gastos públicos, a redução das taxas de juros e a reforma tributária aprovada no final do ano passado.

A estabilização dos preços agrícolas — em seguida ao surto provocado pela seca — foi o segundo momento dessa estratégia.

O terceiro é a ampla reforma econômica do sistema de preços prescrita pelo Decreto-lei 2.283, de 27 de fevereiro.

O decreto-lei introduz profundas mudanças na economia. Trata-se de uma verdadeira constituinte econômica, instalada em época mais do que oportuna.

O déficit público está efetivamente sob controle e não é mais fonte autônoma de inflação.

A situação cambial é absolutamente positiva. O País dispõe das reservas que precisa, e produziu, no ano passado, o terceiro superávit comercial do mundo e continua neste ano mantendo o ritmo das suas exportações. A redução nas taxas de juros internacionais e a queda dos preços do petróleo tornam essa situação ainda mais confortável, a ser coroada com uma firme e competente renegociação de nossa dívida externa. A economia demonstra ainda um ritmo sustentado de crescimento — taxa de 8% no ano passado — e criação de novos empregos. Os salários reais recuperaram-se no ano passado, depois de longo período de arrocho.

Nesse quadro, cuidadosamente definido nos últimos meses, o Governo da Nova República introduz as mais profundas reformas econômicas de que se tem notícia em nossa história.

O ambicioso e revolucionário programa de estabilização de preços substitui o cruzeliro — moeda viciada por uma inflação de quase meio por cento ao dia — pelo cruzado, moeda forte e estável.

Há pontos essenciais nessa mudança, que destaco.

Convertidos em cruzados, os salários mantêm o seu valor real, preservando-se os ganhos obtidos com a política de crescimento da Nova República. Em clima desse salário real médio, foi concedido um abono de 8% para todos os trabalhadores brasileiros e de cerca de 15% para os que ganham salário mínimo, elevado para 800 cruzados.

Limitou-se a correção monetária à caderneta de poupança e ao patrimônio dos trabalhadores guardado no Fundo de Garantia e no PIS/Pasep.

Estabeleceu-se rigoroso congelamento de preços, fixados os

principais preços com base na média real passada.

Aluguéis e prestações da casa própria também estão congelados, depois de convertidos em cruzados, conforme a média real dos últimos 12 meses.

Ao mesmo tempo em que se constitui um rigoroso cerco à inflação, essas medidas protegem os assalariados de modo permanente. E para que não reste perigo de o trabalhador ser refém da inflação, a reforma introduz a escala móvel de salários, a ser acionada sempre que a alta de preços ultrapasse os 20 por cento.

Introduziu-se ainda o seguro-desemprego, outra antiga reivindicação e que funciona como proteção contra a recessão.

Mas se protege os trabalhadores, a reforma também distribui ônus e sacrifícios:

— Aos empresários, que por um período relativamente longo estarão submetidos a um rigoroso controle de preços.

— E ao sistema financeiro, que perde o conforto e a rentabilidade da correção monetária — agora limitada apenas à caderneta de poupança, FGTS e PIS/Pasep.

Mas as reformas agora introduzidas não podem ser apenas um programa do Governo Federal. Elas dependem, de modo crucial, do apoio da população, de todas as organizações civis da sociedade brasileira, das instituições políticas e dos governos em todos os níveis. A adesão das comunidades à fiscalização de preços — ressaltados excessos condenáveis — indica que a população deposita esperança e confiança no caminho da estabilidade. E de toda parte nos chegam notícias dando conta da ação de governos municipais e estaduais na defesa da reforma monetária.

Mas, com toda certeza, podemos esperar, nestes primeiros momentos, dificuldades e incompreensões. Uma inflação de tantas décadas criou hábitos arraigados e alguns privilégios, agora eliminados. E mesmo porque a inflação desempenhava um papel social: num processo de ilusão coletiva, enganava a todos, sobretudo aos trabalhadores.

Furtado explica plano na Europa

Paris — As medidas tomadas pelo Governo obedecem a uma estratégia abrangente que vai da conversão da dívida pública mobiliária ao seguro desemprego. Sua maior originalidade está no fato de não passar pela recessão — trata-se de restituir flexibilidade ao sistema econômico". Assim o ministro Celso Furtado, da Cultura, manifestou sua opinião sobre as reformas econômicas ado-

tadas pelo presidente José Sarney.

Furtado, que está na Europa para as despedidas do posto de embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia, foi intensamente procurado por jornalistas estrangeiros e correspondentes brasileiros, para opinar sobre a reforma econômica brasileira.